

O PMDB E A DÍVIDA EXTERNA

O PMDB, por sua Comissão Executiva, reunida em Brasília, em março próximo passado, aprovou, por unanimidade, nota sobre a questão da dívida externa na qual, resumidamente, expunha a posição oficial do partido tornada conhecida desde que o Presidente Ulysses Guimarães lançou a idéia da moratória no discurso "TRAVESSIA", em agosto de 1983. Desde então todos os documentos do partido defendem a tese.

O trecho final da nota divulgada na ocasião, pela Comissão Executiva do PMDB exprime, com clareza, a posição do partido sobre a matéria e está assim redigido:

"A posição do PMDB quanto à dívida externa, portanto, repousa sobre embasamentos doutrinários estabelecidos ao longo dos anos pelos seus órgãos dirigentes, sempre preocupados com a defesa dos interesses nacionais

Comprometido com essas teses, o PMDB respalda a decisão do presidente José Sarney e do ministro Dilson Funaro, de decretar a moratória e reitera todo o apoio político para que levem o processo às últimas consequências

Esse é o passo inicial para que qualquer plano econômico que respeite os compromissos do PMDB, de manter os salários reais e buscar sua progressiva elevação. Para que se promova essa distribuição de renda, no sentido preconizado pelo partido, faz-se necessário conter a especulação financeira e reduzir as taxas de juros que estão prejudicando a agricultura, a micro, a pequena e média empresas. Sem essas condições mínimas não se pode pensar em combater a inflação, em estímulo aos investimentos, na elevação do nível de emprego — enfim, na definição de uma política econômica voltada para o atendimento dos anseios da grande maioria da população brasileira. No entanto, esse entendimento depende fundamentalmente da negociação soberana da dívida externa.

Esse apoio político ao presidente Sarney provém de todos os setores do partido. De seus dirigentes, de seus governadores, de suas bancadas, de seus militantes. Unidos aos trabalhadores, aos empresários, aos militares, aos estudantes, às igrejas e a toda a Nação brasileira reiteramos que o caminho da dignidade não tem retorno. O preço da rendição incondicional está implícito na pregação dos que desejam a volta ao FMI e, ao mesmo tempo, bradam contra a recessão, esquecidos de que a política do Fundo é a recessão.

Temos pela frente dois caminhos. Um é o do retrocesso pela via da submissão às manobras e pressões externas, articuladas também pelos aliados domésticos da comunidade financeira internacional. O outro é um caminho penoso que conduz à independência."